



COMISSÃO DE CULTURA

REQUERIMENTO Nº , DE 2021
(Da Sra. Alice Portugal)

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Cultura destinada a discutir a resolução do Tribunal de Contas da União relacionada com o financiamento de novas produções audiovisuais e a paralisação dos projetos já analisados pela Agência.

A paralisação nas atividades da Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e a demora na liberação de recursos para produções já contempladas em editais da agência tem provocado sérios prejuízos para o setor do audiovisual e de cinema, obrigando produtores a cancelar projetos que seriam de grande importância para a cultura nacional.

O audiovisual enfrenta o descumprimento da ordem legal e um momento de insegurança jurídica no setor, com a paralisação do Conselho Superior de Cinema, do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual e da Ancine. Todas as funções, de fomento, regulação e fiscalização, estão sendo descumpridas.

A negligência da direção da ANCINE é patente. Sub o argumento de que as questões relacionadas com a análise de novos projetos e a sequência dos poucos projetos aprovados foram judicializadas, a ANCINE simplesmente se nega a desempenhar a missão para a qual foi criada.

O Tribunal de Contas da União (TCU) considerou a metodologia de prestação de contas de produções patrocinadas pela ANCINE contrária à legislação e apontou o risco de a agência não ser capaz de detectar eventuais

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alice Portugal

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214075979400>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

fraudes. Na decisão, entretanto, o TCU afirma não ter determinado a suspensão de qualquer atividade da ANCINE.

O procurador da República (MPF) Sérgio Gardenchi Suiama é autor de uma ação civil pública de dezembro do ano passado contra dirigentes e o procurador da ANCINE referente à paralisação de 782 projetos audiovisuais contemplados em editais de 2016 a 2018 a serem financiados com recursos do fundo do audiovisual.

Segundo o procurador, houve uma ordem da procuradoria da ANCINE de que não fosse dado andamento a processos, a não ser aqueles que obtivessem liminar na Justiça. Houve, portanto, negligência ao correto andamento desses procedimentos, como houve ação deliberada de paralisação, denunciou o procurador.

Em 2020, foram liberados recursos para 250 projetos autorizados. Nesse ritmo, a ANCINE vai levar de 3 a 5 anos para resolver seu passivo, sem contar novos editais.

Os motivos para não liberação de recursos de projetos já contratados são falsos e também não há contratação de novos, o que mostra a negligência e a atitude relapsa com o setor por parte da direção da ANCINE.

A gravidade da situação e a evidente negligência da direção da ANCINE levou o Ministério Público Federal (MPF) a denunciar a Agência Nacional de Cinema (Ancine) e pedir à Justiça a abertura de ação civil pública por improbidade administrativa contra seus diretores Alex Braga Muniz (diretor presidente substituto), Edilásio Santana Barra Júnior, o pastor Tutuca, Vinicius Clay Araujo Gomes e o procurador-chefe da agência, Fabrício Duarte Tanure. O MPF pediu a perda da função pública dos diretores, suspensão dos seus direitos políticos por cinco anos e pagamento de multa civil equivalente a 100 vezes o valor de seus respectivos salários, além de proibir contratação e benefícios pelo poder público por três anos.

O procurador Sergio Gardenghi Suiama, autor do pedido do MPF, analisa o caso desde julho de 2020 e afirma que, após meses de diligências,

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alice Portugal

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214075979400>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

oitivas e audiências, reuniu evidências e provas suficientes para concluir que a atual paralisação da agência é deliberada e tem conotação de crime contra o interesse público.

A paralização da ANCINE, deliberada ou não, decorre da interpretação de seus diretores de uma resolução do Tribunal de Contas da União que impede que a Agência Nacional do Cinema destine dinheiro público para o setor audiovisual através de fundos do setor e repasses diretos. A decisão foi tomada em 27 de março de 2019, quando os ministros acompanharam o parecer do relator André Luiz de Carvalho sobre o caso das irregularidades nas prestações de contas da ANCINE.

De acordo com o TCU, os novos repasses só poderão acontecer quando a ANCINE tiver “condições técnico-financeiro-operacionais para analisar as respectivas prestações de contas e, também, para efetivamente fiscalizar a execução de cada ajuste”.

Fica patente que, de um lado a direção da ANCINE se escuda em uma resolução do TCU para paralisar por completo suas atividades, de outro lado o Ministério Público Federal aciona na Justiça seus dirigentes acusando-os de negligência. No meio disso, o setor do audiovisual permanece com seus projetos de captação de recursos engavetados ou sem a menor expectativa de análise.

No intuito de dirimir dúvidas em relação à resolução do TCU e sua interpretação dada pela ANCINE, é obrigação da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados debater o tema e buscar soluções que permitam que o setor do audiovisual possa voltar a produzir em nosso país.

Desta forma, nos termos do no art. 58, inciso II, da Constituição Federal e no art. 24, inciso VII, e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública desta Comissão destinada a discutir a resolução do Tribunal de Contas da União relacionada com o financiamento de novas produções audiovisuais e a paralização dos projetos já analisados pela Agência.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alice Portugal

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214075979400>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

Requeiro ainda que sejam convidados para esta audiência pública as seguintes autoridades:

- 1- Dr. André Luiz de Carvalho, Tribunal de Contas da União;
- 2- Procurador Sérgio Gardenchi Suíama, Ministério Público Federal;
- 3- Sr. Mauro Garcia, Brasil Audiovisual Independente (BRAVI);
- 4- Sra. Cíntia Domit Bittar, Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro (API);
- 5- Sra. Úrsula Vidal Santiago de Mendonça Secretária de Cultura do Estado do Pará e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Cultura.

Sala da Comissão, em de abril de 2021.

Alice Portugal
Deputada Federal – PCdoB/BA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alice Portugal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214075979400>

